

**A. I. Nº** - 017464.0006/02-7  
**AUTUADO** - MOTACAN COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.  
**AUTUANTE** - BELANISIA MARIA AMARAL DOS SANTOS  
**ORIGEM** - INFAZ ILHÉUS  
**INTERNET** - 12.12.02

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0407-02/02

**EMENTA: ICMS. 1.** CONTA “CAIXA”. SALDO CREDOR. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Infração parcialmente subsistente, após adequação ao Regime Simplificado de Apuração do ICMS. **2.** SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. RECOLHIMENTO A MENOS. Infração parcialmente comprovada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 26/06/02, refere-se a exigência do ICMS de R\$ 12.016,46, em razão:

1. da falta de recolhimento do imposto nos meses de agosto, setembro e outubro de 2000, nos valores respectivos de R\$ 3.000,56, R\$ 2.313,56 e R\$ 4.928,13, decorrentes da omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de saldo credor da Conta “Caixa”, conforme documentos às fls. 8 a 33 e 65 a 294 dos autos;
2. do recolhimento a menos do ICMS, nos valores de R\$ 20,77; R\$ 9,03; R\$ 10,11 e R\$ 1.734,30, inerentes aos meses de agosto a novembro de 2001, na condição de Empresa de Pequeno Porte do Regime SIMBAHIA, consoante demonstrativo à fl. 64 dos autos;

O autuado, em sua impugnação, às fls. 307 a 309 dos autos, aduz que por motivo de festas manteve o saldo credor de caixa durante os meses de agosto/00 de R\$ 17.650,36; setembro/00 de R\$ 13.609,23 e de outubro/00 de R\$ 28.989,03, mas ao final do exercício encerrou com o saldo devedor de caixa no valor de R\$ 104.919,27, conforme apurado na auditoria de caixa. Quanto à segunda infração, reconhece e parcela os valores de R\$ 1,61 e de R\$ 1.721,57, relativos aos meses de setembro e de novembro de 2001, respectivamente, do que anexa documentos fiscais, às fls. 319 a 690 do PAF, como prova de suas alegações.

A autuante, em sua informação fiscal, à fl. 693, acata as razões de defesa, relativas à segunda infração, onde anexa novo demonstrativo, e confirma a primeira exigência fiscal, do que reduz o valor do Auto de Infração para R\$ 11.965,43.

### VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir o ICMS de R\$ 12.016,46, em razão da falta de recolhimento do imposto de R\$ 10.242,25, apurado através de saldo credor na “Conta Caixa”, referente aos meses de agosto a outubro de 2000, como também em razão do recolhimento a

menos, no montante de R\$ 1.774,21, na condição de Empresa de Pequeno Porte do SIMBAHIA, nos meses de agosto a novembro de 2001.

Inicialmente deve-se ressaltar que, apesar do autuado reconhecer a existência dos saldos credores na Conta Caixa, conforme levantamento fiscal à fl. 11 dos autos, trata-se de contribuinte optante do Regime SIMBAHIA desde o exercício de 1999, conforme consulta aos seus dados cadastrais.

Portanto, no que refere-se a omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através da “Auditoria da Conta Caixa”, relativo aos meses de agosto a outubro de 2000, não existe fundamento regulamentar para o cálculo do imposto pela alíquota normal, haja vista que o autuado estava enquadrado como SIMBAHIA e a legislação ainda não previa como infração de natureza grave a omissão de saídas apuradas através da Auditoria da Conta Caixa (alt. n.º 20 – Dec. n.º 7867/00 – efeitos a partir de 1º/11/00), cujo imposto deve ser exigido mediante a aplicação dos percentuais previstos no art. 387-A do RICMS/97, de acordo com a receita bruta ajustada, após adicionar a diferença apurada no levantamento fiscal ao valor já declarado pelo contribuinte, resultando no montante de R\$ 1.128,65, conforme a seguir:

DEMONSTRATIVO DO DÉBITO DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE (Fl.34 do PAF)

Mês	Rec. Bruta No Mês	Rec. Omissa (fl. 11 do PAF)	Total Rec. Bruta/Mês	Rec. Bruta Ajust. Acum.	%	ICMS Calculado	Incentivo. Empregado	I.	C.	M.	S.
								Devido	Recolhido	a Recolher	
08/00	41.688,36	17.650,36	59.338,72	246.341,66	2,5	1.483,47	370,87	1.112,60	781,66	330,94	
09/00	53.192,26	13.609,23	66.801,49	281.718,99	2,5	1.670,04	417,51	1.252,53	997,35	225,18	
10/00	44.136,46	28.989,03	73.125,49	327.433,58	2,5	1.828,14	383,91	1.444,23	871,70	572,53	
TOTAL A RECOLHER: R\$								1.128,65			

Quanto ao segundo item do Auto de Infração, inerente ao recolhimento a menos pelo contribuinte, na condição de Empresa de Pequeno Porte do Regime SIMBAHIA, o mesmo foi objeto de reconhecimento e recolhimento parcial por parte do contribuinte, nos valores de R\$ 1,61 e R\$ 1.721,57, relativos aos meses de setembro e novembro de 2001, respectivamente, o que foi acatado pela autuante, diante das provas documentais anexadas aos autos. Assim, subsiste em parte esta infração no montante de R\$ 1.723,18.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, no valor de R\$ 2.851,83.

### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **017464.0006/02-7**, lavrado contra **MOTOCAN COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$ 2.851,83**, sendo R\$1.128,65, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, e mais R\$ 1.723,18, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b-3”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais, homologando-se os valores comprovadamente já recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 7 de novembro de 2002.

FERNANDO A. BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE/ RELATOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - JULGADOR

JOSÉ CARLOS BACELAR - JULGADOR